



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 121

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	2697
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	2697

TAQUIGRAFIA

ATA DA 31ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE ASSENTAMENTOS DE ÁREAS PRÓXIMAS AO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 20 de junho de 2016

Presidência do Sr.

Jesuíno Boabaid – Deputado

(Às 15 horas e 18 minutos é aberta a A.Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública para discutir a divisão territorial entre o Estado do Amazonas e o Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; senhor Cletho Muniz de Brito, Superintendente Regional do Incra/RO; Excelentíssimo Senhor Francisco de Sales, Secretário Adjunto da SEDAM; Senhor Plínio Cella, Presidente da Cooperativa de Peixes da Amazônia – COOPESUL; Senhor João Rio Neto, Presidente da Associação Rural Estrela de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta audiência Pública, objetivando debater sobre a divisão territorial entre o Estado do Amazonas e o Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputado, com a permissão de Vossa Excelência; quero registrar e agradecer a presença das demais pessoas que estão aqui para nos prestigiar com suas presenças nesta Audiência Pública e também o senhor Hilton Uchoa Neves, Gerente Regional da EMATER; senhor Márcio Milani, Diretor Vice-Presidente da EMATER; Marcos Carvalho, Gerente local da EMATER – Porto Velho; senhor Querubim, Vice-Presidente da Associação dos Agricultores da Margem do Rio Mucum; senhor Vilmar Coletti, Associação dos Produtores Rurais da BR-319 e Alto Mucum; senhor Katuo Okabayashi, Assessor do Senador Valdir Raupp e da Deputada Federal Marinha Raupp.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Bem, o intuito desta Audiência Pública decorre por conta de algumas visitas que nós iniciamos a fiscalizar, no caso, acompanhar na divisa da BR-319. No quilômetro 42 eu participei de algumas reuniões, inclusive, está o senhor Plínio aqui, que esteve presente, a qual algumas linhas, existe uma divisão ali um pouco complexa e bem complicada. Dentro do Km 200, que são 200 quilômetros daqui até Humaitá, existe uma divisão, e aí eu vou querer entender e compreender, Rondônia, Acre e o Amazonas. E nessas localidades, exemplo ali do eixo, entra ali no sentido Jatuarana, que é aquela Vila que vai até o Joana d'Arc. Joana d'Arc, eu estava num sentido, eu parei. Eu estava numa reunião e bem na escola, olha só como é que é bem... Tem uma escola lá por base do 8 ou 11, eu não sei, lá tem uma demarcação, Acre, a escola está dentro do Acre, dentro do Amazonas, dentro de Porto Velho – Rondônia. Já pensou? E o que é mais engraçado e aí é onde me causou certa perplexidade. Rondônia não pode fazer nenhum tipo de benefício nessa localidade, que é do Amazonas, e o Amazonas também não faz a sua tarefa de casa, ou seja, trazer melhorias. Então o

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Inkra que está aqui, o representante do Incra, o Brito, ex-deputado estadual, agora Superintendente do Incra, ele vai poder, os técnicos, me explicar porque nós temos que chegar numa posição. O que é de Rondônia é de Rondônia, o que vai ficar com o Amazonas, porque o povo até já me falou, já tive informações que eles querem ser indenizados. Se quiser dar a terra para o Amazonas, eles falaram: “não, eu quero ser indenizado porque não tem como ter um investimento”. Calcário não pode ser levado aqui de Porto Velho, sob pena de correr crime de improbidade, o Congresso Nacional que deveria também estar preocupado com essa situação, que é uma vergonha você não sanar esse problema também, que é importante. A agropecuária do Estado de Rondônia que dá uma visibilidade, uma sustentação, para o olhar de Rondônia, só não entrou em crise também, porque tem uma diferença muito grande a questão do rebanho nosso. Mas assim, e queria compreender, chegar ao que nós podemos fazer, o que é que se deve fazer para chegar nessa problemática. Eu havia convidado um Deputado estadual representante da Comissão, bem como do Amazonas para se manifestar, mas, eu vejo que não tem muito interesse não, mas, que causa mais estranheza é que tudo, exemplo, Rondônia está dando suporte na questão de segurança pública. Quando há um homicídio lá, Canutama ou próximo a Canutama, quem vai é a viatura da PM. Se tiver um problema de saúde quem dá suporte é Rondônia. Rondônia está sendo então, nesse exato momento, está sendo, está tendo a devida compensação? Até o convênio que tinha com a SESDEC, Secretaria de Segurança já foi extinto. Então tem que estar preocupado, esta Casa tem o poder e tem o dever legal de estar acompanhando essas questões.

Então eu queria passar a palavra para o senhor Plínio, para o senhor se manifestar. Depois eu passo para os demais órgãos para se manifestarem.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Com a permissão de Sua Excelência Deputado Jesuíno Boabaid, me permita, Deputado. Gostaria de convidar à Mesa o senhor Márcio Milani, Diretor Vice-Presidente da EMATER, por determinação de Sua Excelência Deputado Jesuíno Boabaid. Muito obrigado.

O SR. PLÍNIO CELLA – Em nome do Deputado Jesuíno eu cumprimento todos os componentes da Mesa e cumprimento os demais participantes desta Audiência Pública. Com relação à divisão de Estado, Deputado, o senhor esteve presente no quilômetro 46 também, da BR-319 existe um problema, uma escola do município de Porto Velho em cima do território do Amazonas, e ninguém sabe ao certo onde é a divisa do Estado. A divisão do Estado, a princípio, pelo conhecimento que eu tenho é um divisor de águas. As águas que vão para o rio Mucuí é território do Amazonas, as águas que vão para o rio Madeira seria o território de Rondônia. Com essa divisão é praticamente impossível seguir uma linha. Ali entre o quilômetro 40 e o 42, do 32 ao 42 são as cabeceiras dos igarapés. Então, uma parte vai para o Amazonas, outra parte vai para o rio Madeira. E hoje está se respeitando umas linhas de divisa de Estado que foram traçadas pelo INCRA, pela colonização do INCRA. No entanto, há uns 60 dias, 90 dias, esteve um pessoal do INCRA do Amazonas fazendo o georreferenciamento das áreas. E andou fazendo o georreferenciamento em cima de

áreas tituladas, escrituradas em Rondônia, porque alegam que ali é território do Amazonas. Agora, vira uma confusão, tem lotes de 100 hectares que tem 30 de um lado, 70 do outro, 50 para cada lado, e já são documentados, por exemplo, em Rondônia. Tem escritura pública de Rondônia, mas metade da área é do Amazonas. Aí o pessoal do Terra Legal, o pessoal que fez o georreferenciamento dessas áreas fizeram o georreferenciamento de meio lote. E aí como é que fica? O proprietário vai ter que fazer duas escrituras de 50 hectares de uma, 60 do outro? Isso que não dá para entender.

Outro, com referência à escola, o senhor esteve lá, Deputado. A escola legalmente está em cima do território do Amazonas, é mantida por Porto Velho. E um postinho de saúde, postinho da malária que existe lá, é mantido por Canutama, na verdade é Humaitá que mantém, mas pertence ao município de Canutama. Isso eu acho que teria que chegar a uma conclusão. Agora, como é que a gente faz sem o Estado do Amazonas estar presente? Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou passar a palavra para o outro Presidente da Associação, senhor João Rio Neto, Presidente da Associação Rural Estrela de Rondônia.

O SR. JOÃO RIOS NETO – É com grande satisfação que a gente se encontra presente na presença das autoridades aqui de Rondônia, das instituições e preocupados com o nosso lado. O nosso lado, BR -19, que é do Amazonas entre aspas, mas, mantido por Rondônia. Nós temos um problema muito sério porque ali a gente está numa situação como filho sem pai, ninguém quer ser o dono. O Amazonas, é muito cômodo para o Amazonas nos ter ali. É muito cômodo para o Amazonas que não investe em nada para nós ali. Nós estamos dentro do município de Canutama, nós não temos encasalhamento, nós não temos um posto de saúde, nós não temos uma educação, nós não temos nada. Tudo é mantido por quem? Por Porto Velho – Rondônia. E muitas, o nobre Deputado falou aqui, qual o motivo disso? Porque nós somos municípios de Porto Velho, nós estamos na divisa. Tudo que nós angariamos, tudo que nós produzimos nós investimos aqui em Porto Velho, nós trazemos para cá. Hoje existe um convênio, se eu não me engano com o Idaron, porque não uma extensão desse convênio lá no Idaron para nós? Porque nós estamos ali à deriva, a gente não sabe a quem buscar. Nós fizemos um ofício porque em cima de Constituição Federal a educação é inerente a todas as crianças e nós estamos lá na nossa Linha com 50 crianças sem poder estudar, entendeu, que são filhos daqueles senhores que trabalham de caseiro, que não tem um transporte e a maioria do transporte escolar decai em cima de Rondônia e muitas vezes, foi feita reclamação, você sabe o que aconteceu, o que o Ministério Público queria fazer? “Isso não é obrigação de Rondônia, tira o ônibus”. Hoje não tem mais nem denúncia quanto a isso porque se não a gente perde o que a gente já tem, a gente já perde o que tem, então a gente já fica nesse problema. Então isso aqui nós temos que ter uma solução, nós estamos ali, acima de tudo aqui somos todos brasileiros e precisamos disso, e aí a gente fez essa denúncia junto ao Ministério, ao MEC, foi passado para o Amazonas, aí o Amazonas mandou para um Procurador Geral em Canutama e a gente está nessa luta para ver o que vai acontecer em nível de

educação. Porque aqui eu não posso reclamar em Rondônia, se eu reclamar lá no Amazonas nem lá eu consigo chegar a Canutama que só de barco ou avião, é complicado para nós. Eu agradeço o esforço do nobre Deputado aqui dessa Comissão para que a gente resolva alguma coisa aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) - O Brito seria o último, eu vou passar a palavra para ele, eu quero que ele se manifeste aí.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO - Exmº Sr. Deputado Jesuíno Boabaid; Exmº Sr. Secretário Adjunto da SEDAM, meu colega, meu amigo Sales; Sr. Plínio que é o Presidente da Cooperativa de Peixe da Amazônia; Sr. João Rio Neto, Presidente da Associação Rural Estrela de Rondônia; nosso representante da EMATER; meus colegas do Incra, o Eustáquio que é o Chefe da Divisão de Recursos Fundiários do Incra em Rondônia, o meu colega Ênio que está me acompanhando que também trabalha com o Eustáquio na Divisão Fundiária; Senhores aqui presentes, autoridades, público presente. Sr. Deputado, para mim é uma honra também estar aqui hoje debatendo um assunto de tamanha importância que é sobre essas questões fundiárias, principalmente no tocante a divisa, esse problema que existe também em Rondônia com a divisa do Amazonas, mas, também que não é só com o Amazonas, Rondônia hoje tem problema de divisa, não problema físico na divisa, mas, problema de ordem legal, de investimento, de uma série de infraestrutura e de situações que as pessoas estão lá necessitando do apoio do Estado, do Estado brasileiro seja ele Estado, seja ele Federação ou seja ele município e lamentavelmente por vários motivos que estão acontecendo aqui nessa linha que corta, essa divisa que corta o Estado do Amazonas com Rondônia também acontece com Mato Grosso. Mato Grosso nós temos, inclusive, litígio, nós temos uma situação lá que agora que foi acertado depois de mais de 40 anos que é lá no Sul do Estado, no Cone Sul na Gleba Iquê que tinha uma divisa que foi feita na época, que foi feita não, que foi respeitada na época que ainda existia aqui, só existia as cartas geográficas do Exército que é da antiga DSG e depois de demarcações percebeu-se que a divisa não era ali e aí houve ali uma região de praticamente contestada de divisa, de muita briga que agora chegou num denominador comum. Eu ouvi atentamente aqui o que o nosso Presidente falou, o que os meus dois antecessores falaram, a coisa poderia ser simples, mas, não é tão simples, se você for olhar, por exemplo, dentro do Estado de Rondônia nós temos o município com o nome Vale do Anari, que o Sales conhece muito bem, que nós temos uma situação lá que o prefeito de Machadinho cuida de uma escola que é da sede do município de Vale do Anari, cuida da estrada, cuida de tudo e teve que parar de investir porque se não ele estava desrespeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, quer dizer o município sede daquela escola que Machadinho custeava com estrada, com toda estrutura financeira, para o município de Vale do Anari custear, tinha que dar uma volta de não sei quantos quilômetros enquanto que Machadinho estava a pouco mais de, não sei se era 30 ou 40 quilômetros da sede do município de Machadinho. Então, quer dizer, eu estou colocando isso aqui para você ver o tamanho da dificuldade, e agora nós estamos falando aqui em termos de divisa de Estado, onde aqui em

Rondônia dava para você fazer aqui um termo de cooperação técnica ou dava para você fazer um pequeno plebiscito lá no município com os munícipes falava assim: "não, nós queremos ficar com Machadinho, nós não queremos mais ficar para Vale do Anari". Mas para você mexer na divisa de um Estado para o outro não depende daqui de Rondônia e muito menos do Amazonas, aí você vai ter que mexer em nível nacional, aí vai ter que mexer com o IBGE, vai ter que mexer com o Senado Federal, está aqui a assessoria do Senador Raupp também aqui presente, ele sabe o que eu estou falando, a coisa é muito mais complexa do que a gente imagina, o certo, na realidade, como é tudo Brasil, como é tudo Brasil, não deveria ter tanta burocracia para os brasileiros que vieram aqui para a Amazônia há tantos anos, sofrer, perder sua saúde, perder seus dias de vida no meio dessa floresta, ser tratado pelo menos com mínimo de dignidade possível, porque lamentavelmente o que acontece aqui é que às vezes nós vemos aí os nossos irmãos sofridos no meio do mato sem o mínimo de apoio necessário do Estado, o aluno para estudar tem que ir a pé, quatro, cinco até dez quilômetros, às vezes acontece isso até hoje na Amazônia, nós somos aqui relegados e lamentavelmente em detrimento da nossa sorte, nós não temos o apoio que os nossos mesmos irmãos brasileiros, às vezes, que moram no Rio Grande do Sul ou que moram na Bahia ou que moram no Rio de Janeiro tem, nós aqui temos muito ainda é a boa vontade de um Deputado igual o Jesuíno que está sentindo o problema na pele dele e percebeu que vocês precisam de ajuda e chamou o Poder Público para a responsabilidade: "vem cá, vamos conversar, de repente alguém vai nos ouvir, vamos falar para eles que aqui tem um problema", e se ele não fizer isso e registrar aqui nos Anais desta Casa ninguém nunca vai ficar sabendo, vai ficar assim, eu finjo que te ajudo e depois a gente finge que resolve o problema, passa quatro anos, vem ano de eleição, vem isso, e aí chega lá um fulano: "não, eu prometo que vou resolver isso". E acaba não resolvendo. Isso é mais ou menos assim, olha o que aconteceu com Extrema, quantas pessoas falaram que aquilo ali ia passar para Município, até hoje não passou.

Então, quer dizer, fica muita promessa e às vezes não resolve nada. Então, quer dizer, eu peço desculpas até eu falar dessa forma, Deputado, porque isso acontece no Poder Público, nós somos limitados. Olha, se vocês quiserem sair daqui com uma resposta do Incra hoje, eu assino documento aqui na Assembleia e deixo assinado. Me nomearam como Superintendente do Incra, eu assino por Rondônia um Termo de Cooperação Técnica, assumindo todo o passivo do Amazonas para eu fazer a regularização Fundiária do Amazonas e Rondônia. Eu faço documento e assino embaixo e não tem problema nenhum para mim, isso é fácil. Agora, será que o Amazonas, aceita isso? Poderia estar aqui hoje discutindo uma coisa tão importante igual essa, porque a parte da Regularização Fundiária que eu acho que é mais importante de todas, para você fazer a ponte, você tem que ter a Regularização Fundiária, para você fazer escola, você tem eu fazer Regularização Fundiária, para você fazer o posto de saúde, o hospital você tem que ter a Regularização Fundiária. A Regularização Fundiária é o fator mais importante de qualquer processo de desenvolvimento e se você que é o nosso Deputado que está propondo essa ação, chama a responsabilidade mesmo,

coloca isso nos Anais desta Casa, manda carta, manda correspondência para o Presidente do Incra, para o Governador do Estado do Amazonas, para o Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, chama esse povo para a responsabilidade sabe por quê? Porque esse povo que está plantando no Estado do Amazonas, ele está dando renda não é só para o Amazonas não é para o Brasil. Aquele peixe que está sendo produzido lá, ele está indo para a mesa de alguém lá em Manaus. Essa mandioca que está sendo plantada está finalizando na fabricação, na industrialização da farinha que os amazonenses também estão comendo dela. Então, poxa vida! Porque é que o pessoal não dá atenção para a gente? Porque é que não vem aqui em Rondônia saber? Quer dizer, que tudo quanto é coisa ruim acontece com Rondônia: “ah! Nego queimou. Rondônia é culpada. Nego desmatou. Rondônia é culpada”. Quer dizer que aí é muito simples a gente ficar aí recebendo só porrada, desculpa a expressão da palavra, fica recebendo só problema de braços cruzados e não fala nada. Tudo o que acontece aqui, o Acre, Rondônia não tem culpa nenhuma, o Acre e o Amazonas, tudo o que acontece Rondônia é culpada. Rondônia é campeã do desmatamento. Rondônia é campeã de queima. Rondônia é campeã de tudo, eles não acontecem nada, mas, na hora de chamar para a responsabilidade para vir aqui: “vamos resolver esse problema aqui”. Porque quem mora no Amazonas é brasileiro igual a vocês que estão no ar condicionado lá em Manaus, que estão no ar condicionado em Rio Branco, seja aonde for.

Então me desculpem o meu desabafo, estou aqui para ajudar, o senhor pode ter certeza que o senhor chamou um caboclo que é profissional há 36 anos da Reforma Agrária e eu estou no Incra hoje como funcionário, eu não estou lá de paraquedas não, me colocaram, assumi sim a Superintendência há uma semana, indicado politicamente pela Bancada Federal de Rondônia, liderada pelo nosso Senador, mas independentemente de qualquer coisa eu disse para eles: “se for para eu assumir aquilo ali, sentar numa cadeira para não resolver problema, eu estou longe”. Rondônia tem mais de 100 áreas ocupadas, Rondônia tem sete mil famílias debaixo da lona, Rondônia tem um problema sério com essa questão do Terra Legal que o senhor colocou aqui. Terra Legal! Para que é que criaram esse órgão? Criaram esse órgão para criar cabide de emprego. Criaram o órgão para gastar dinheiro público à toa. Criaram um órgão, isso que eu estou falando aqui está gravado, podiam pegar essa gravação e mandar lá para o Presidente da República, para quem vocês quiserem que eu falei isso, eu não tenho medo. Criaram um órgão para servir de cabide de emprego para os outros. Está aí. Eu não falei nada, o senhor mesmo disse aqui, Terra Legal do Amazonas foi lá aos imóveis do Amazonas fez o georreferenciamento em cima daquilo que não era competência deles a torta e a direita, mas, vocês sabem que não fizeram isso só lá não, fizeram aqui em Rondônia também, foram lá no Município de Machadinho d'Oeste, está aqui o Sales, se eu estou mentindo eu queria que o Sales dissesse que é mentira. Chegaram lá em Machadinho d'Oeste meteram dinheiro público em cima de um Projeto de Assentamento do Incra sem pedir autorização do Incra, fizeram o georreferenciamento em várias propriedades de Machadinho, sem a devida autorização do Incra, está lá hoje uma salada de fruta, o Geo de uma maneira e a

demarcação do Incra de outra, sem o mínimo de responsabilidade, aí fica um órgão desses que diz que representa alguma coisa, um órgão que nasceu para fazer o bem, para fazer o quê? Regularização fundiária, que é o que eu falei para os senhores aqui no início, que todo mundo depende dessa benedita regularização fundiária, a SEDAM para aprovar um plano de manejo depende da regularização fundiária. Então tudo isso depende, aí cria um órgão para fazer uma besteira atrás da outra, inclusive, para gastar o dinheiro, por que se não fizesse isso para gastar o dinheiro, o dinheiro era devolvido e gastado de qualquer forma. Desculpe o meu desabafo mais uma vez, mas eu falo assim sabe por que quê é? É por que eu pelo menos eu tenho peito para falar e não tenho medo, entende? Eu estou falando o que é verdade, essa situação é gravíssima! Se nós não tomarmos providências urgentes para mostrar para esse pessoal que nós somos brasileiros, que viemos para Rondônia, que ninguém veio aqui para passear, nós viemos aqui para trabalhar, um homem igual a esse aqui, ele tem a mão calejada, ele não mora no meio do mato por que ele quer não, por questão de sobrevivência. O agricultor está lá no meio do mato trabalhando, ele não está lá passando não, ele está lá trabalhando, ele está cuidando dos seus filhos que estão na escola, ele está cuidando da família dele, por que aqui na cidade ele vai roubar, aqui na cidade se ele vier para cá, ele vai aprender a roubar, por que não tem trabalho para um homem que não tem leitura. Aqui na cidade não tem trabalho para um homem do mato, para o homem do campo, por que ele infelizmente não teve a condição que eu tive de fazer faculdade, ele só sabe pegar no cabo da enxada e do machado e trabalhar no dia a dia. Então esses homens têm que ter o mínimo de respeito por eles, e lamentavelmente o Estado brasileiro; não estou falando do Governo A ou do Governo B não, o Estado brasileiro tem que tratar mais sério essas questões pontuais, essas questões pontuais que é de dá dignidade a quem vive honestamente. Já tem muito ladrão nesse Brasil roubando todo dia, larga esse povo para lá e vamos cuidar dos pequenos que não sabem nem o que é roubar, só sabe trabalhar. Então, desculpe, meu Deputado, mais uma vez o meu discurso de abertura em forma de desabafo, mas, estou aqui para ajudar nessa comissão no que for possível e necessário for, estou junto contigo, assino documento dizendo que Rondônia está do seu lado e para fazer um Termo de Cooperação Técnica.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Falou tudo. Parabéns, viu Brito eu não tive a honra de ter dividido o mandato na legislatura que você esteve presente aqui, mas, é verdade, não vou nem me delongar muito não por que a verdade tem que ser dita. Mas de posse dessas informações que o senhor trouxe para nós aqui nesta tarde, já de antemão eu gosto de ir para uma guerra, ainda mais quando existem pessoas, de forma que o senhor está se propondo de abraçar esta causa, eu vou incomodar, já vou avisar, por que nem o Presidente da Assembleia encaminhou um Deputado, nem o Governo do Amazonas encaminhou um Deputado, eu vou no Amazonas, do que jeito que eles vieram aqui propor uma Audiência Pública para a BR-319 eu já vou pedir para o Presidente Maurão amanhã, já propor requerimento para ser aprovado amanhã para que seja também feita uma Audiência Pública no Amazonas, aí eu quero que Vossa Excelência participe dessa reunião

lá, por que da forma que está não pode ficar. É muito tempo sem ninguém trazer à tona, é um clamor a sociedade já está calejada, é muita balela, é muito discurso e nada que evolui. Nós tivemos aqui, e aí eu vou falar do Prefeito também que poderia estar presente também aqui, a Prefeitura de Porto Velho poderia estar presente aqui, que foi onde o Sr. Plínio falou, lá tem uma escola, tem um posto de saúde e eles deveriam aqui também, lá tem a SEMAGRI que tem o Leonel Bertolini, era o momento dele também se manifestar: “olha nós não podemos investir”. Mas eu vejo, acho que o Prefeito deve está reeleito, deve está com uma reeleição bem coesa, que é um Prefeito que vem fazendo assim brilhantes trabalhos para Porto Velho. Que se Deus quiser, se tem Deus, eu acredito em Deus, se o povo de Porto Velho votar novamente num cidadão desses que foi, para deputado ele foi bom, agora para Prefeito ele pode pegar e amarrar e voltar a medicar, que é uma desgraça, sinceramente falar assim, o homem é ruim de trabalho, essa equipe dele, você entra em Porto Velho você vê agora asfaltando, fazendo esse tipo de coisa, mas, é ruim por inteiro, ele pode troca todo o efetivo dele, ele só vive dentro do gabinete, para você falar, agora só no WhatsApp com esse homem. Então eu não quero acreditar, se o povo portovelhense votar num Prefeito desses pode pegar um chicote e se amarrar e ficar lá se batendo, por que pelo amor de Deus! Eu ainda queria alguém me mostrar: “asfaltou”. Asfaltou por que o Governo está entrando, na sua maioria entrando com os insumos, dando material também. E a asfalto como eu sempre digo é direito, que ainda vem da arrecadação da questão de IPVA. Regularização fundiária, me mostra o que esse homem regularizou de questão fundiária? Nada. Só fica só nesta questão. O Governo Confúcio Moura no ano que teve em 2014 a primeira gestão foi uma desgraça também, pode-se falar assim, agora que vem melhorando, que vem avançando um pouco, eu acho que até o final, possamos também chegar e ter melhores ações, ainda mais com a questão dessa crise. Registrar a presença aqui do Felisberto, que é policial militar também, ainda está na Polícia ainda irmão? Pediu licenciamento, hoje engenheiro, não é? Geógrafo da SEDAM. Também a irmã de policial militar do Sargento Noronha também, está aqui.

Eu vou passar então a palavra para o Sales, para o senhor se manifestar também, o que o senhor pode trazer também para gente somar no final dessa Audiência aqui.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputado deixa só eu registrar aqui? Obrigado Deputado Jesuíno Boabaid. Registrar a presença do senhor Antônio Pereira de Souza, Presidente da Associação Mapinguazul Rondônia/ Amazonas.

O SR. FRANCISCO DE SALES – Aos presentes minha boa tarde. Os meus cumprimentos ao Excelentíssimo Deputado Jesuíno, proponente desta Audiência Pública, é um Deputado que tem trazido as discussões do Estado de Rondônia aqui para a Assembleia Legislativa, que é daqui que nasce às definições e que se possa resolver muitos impasses que existem no Estado; os meus cumprimentos também ao Cletho, popularmente conhecido como Brito, hoje Superintendente Regional do Incra, reconduzido já aí pela 2ª vez, 2ª ou 3ª vez, 3ª vez, nosso parabéns e sucesso nessa nova missão. Ao Plínio, Presidente

da Cooperativa de Peixes do Estado da Amazônia e o João Rios Neto, Presidente da Associação Rural Estrela de Rondônia; o Márcio Milani, vice-presidente da EMATER, sucesso também na nova missão, junto com o Chiquinho, que Deus abençoe e que possa trazer muitos ganhos para o agricultor aqui na área de extensão rural. Deputado, talvez assim, não tenha muito acrescentar, o que a gente tem é que informar, o nosso trabalho lá na SEDAM o senhor conhece, é um trabalho técnico. Estamos trabalhando ultimamente a base cartográfica do Estado de Rondônia, ultimamente aí o Brito já mencionou onde se deu que nós estamos trabalhando com o Exército Brasileiro e nesse processo que estamos trabalhando com uma carta de margem, que é onde ela tem a sua base de 1 para 50. Então, antes essa carta era 1 para 250, então a aproximação, ela realmente era muito menor. E hoje a gente conseguiu resolver aquele impasse que tinha dentro do Estado Rondônia/Mato Grosso, praticamente está definido até que o IBGE, estamos também, nós vamos está com essas informações prontas, provavelmente aí no máximo dentro de 15, 30 dias e fechamos todo esse círculo e a partir daí está se fazendo, está se processando todas essas informações, todos esses dados e provavelmente poderá ter alguns ganhos dentro do Estado do Amazonas. Limites não têm como mudar, continua, você sabe que continua sendo hoje, a divisa, os limites de divisa são dados, são definidos, isso tanto do Estado, como do município. Mas, após esse processamento dessas informações, aí a gente vai ter dados mais claros e após esses dados, sem dúvida nenhuma, aí possa se apresentar ao Estado de Rondônia e se possa definir. O Brito, ele já foi bem claro quando diz que é uma questão de Congresso Nacional, que tem que querer, inclusive, ambas as partes, o Estado de Rondônia, o Estado do Amazonas. Mas, eu gostaria, se o senhor permitisse, eu deixaria o Márcio, a Wanda que eles é que estão processando, estão trabalhando, estão no campo ou recebendo as mensagens de campo; estão processando para que eles possam fazer um detalhamento mais técnico desta parte.

A SRA. WANDA CRISTINA – Desde o dia 14 de março do ano passado que nós estamos, temos um convênio celebrado com o Exército que foi fazer um levantamento de todos os pontos geográficos do Estado de Rondônia em todo perímetro; foram 4.777 pontos levantados. Com isso hoje a SEDAM, ela tem um laboratório onde ela está vetorizando, processando esses dados e o Rio de Janeiro tem lá um setor que ele está exatamente fazendo a certificação desses dados. Além disso, hoje se encontra na SUPEL, já nos trâmites finais a questão da licitação do nosso zoneamento. Então, nós estamos trabalhando não só a questão da nossa base cartográfica, porque o zoneamento tem que está em cima de quê? De uma base. Como também estamos trabalhando paralelamente essa questão do zoneamento e essa parte técnica que é exatamente esse trabalho que é dos limites e assim sucessivamente, eu vou deixar aqui para que o colega Márcio vá fazer um esclarecimento para vocês a respeito.

O SR. MÁRCIO FELISBERTO – Em nome do Deputado Jesuíno que preside a Sessão cumprimento a todos. Conforme dito, eu sou o Márcio, sou Analista Ambiental lá da SEDAM, contratado há pouco tempo, através do 1º concurso público que a

Secretaria realizou e como a Dona Wanda já disse, nós estamos fazendo o mapeamento de todo o Estado de Rondônia na escala de 1 para 50 mil, significa que um centímetro no mapa corresponde a 50 metros no campo real, isso é o significado de 1 para 50 mil. E esse mapeamento é feito em parceria com o Exército Brasileiro, por meio da DSGE – Diretoria de Serviço Geográfico do Exército. O exército, ele entrou com a metodologia da modelagem dos dados geoespaciais e também com a parte de homologação da base cartográfica, porque o Exército e o IBGE são os únicos órgãos que podem homologar a base cartográfica no Brasil. Pois bem, em termos de limites entre Municípios e entre Estados, o que eu posso dizer é que na época em foram feitos esses limites, até o Brito mencionou que antigamente utilizavam-se aquelas antigas cartas da DSGE, foi utilizada uma base cartográfica de 1 para 250 mil. Então, se você comparar uma base cartográfica de 1 para 250 mil, para uma base de 1 para 50 mil, levando em consideração os limites naturais, rios, divisores de água como o colega Plínio, mencionou, nitidamente você já observa um deslocamento, uma escola que era para está em Rondônia, ela vai está no Amazonas, não é verdade, isso aí nós já identificamos esses deslocamentos, essas divergências cartográficas. E conforme a dona Wanda falou, a atualização do zoneamento, da segunda aproximação do zoneamento está em processo lá na SUPEL, será feito posteriormente, eu acho que para corrigir essas questões de limite, até comentei com o Secretário Sales, pode ser feito em duas etapas, a primeira mais simples que você utiliza uma base cartográfica com uma escala melhor, aí você pode corrigir esses deslocamentos, uma escola no limite que está disponível para a gente, está apontando que ela está no Mato Grosso, quando a gente for corrigir essas distorções, ela vai ficar no Estado de Rondônia, não é verdade? Esse é o primeiro momento que é o primeiro momento mais simples, haverá esse insumo disponível dentro de alguns dias como o Secretário falou, e ele poderá ser utilizado para fazer essas correções no primeiro momento. Porque os limites, eles estão em Leis, estão em Leis, é memorial descritivo que diz que o Município segue pelo limite do rio até a foz e pelo divisor de água e pelo paralelo etc. e tal. Para modificar essas leis, os colegas já comentaram que isso aí já é outra alçada, outra esfera, você já vai trabalhar com Senado, com o IBGE etc. só que você utilizando a Lei que já existe juntamente com a base cartográfica em escalas de detalhes, já é possível corrigir muitas distorções, isso é o que a gente está trabalhando, produzindo esse mapeamento numa escala de detalhes, que vai servir de insumo para a atualização da segunda aproximação do zoneamento e vai servir de insumo para muitas outras ações aí para outras instituições e até para SEDAM propriamente dita. O Estado do Amazonas, tem no seu zoneamento, na escala de um para um milhão a primeira aproximação; o Estado de Rondônia, ele está muito a frente do que o Estado do Amazonas, ele começou a fazer a segunda aproximação há alguns anos, mais ainda não concluiu na escala de 1 para 250. Então, o Estado de Rondônia, já possui essa segunda aproximação e já está prestes a iniciar a atualização dela, ela manterá na escala de 1 para 250, e com o mapeamento que nós estamos finalizando, vai abrir caminhos para você fazer a terceira aproximação, não é verdade, se tiver essa oportunidade. Então, a SEDAM, está trabalhando nisso, produzindo insumos

cartográficos para equacionar esses problemas que existem em termo de divergência de limites.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO - Já que nós estamos aqui numa Audiência Pública, eu só queria pegar uma carona no que o nosso técnico da SEDAM acabou de falar. Qual é a preocupação nossa? Por exemplo, nós não temos problema só na divisa com o Amazonas, como eu disse aqui, essa questão de limites e divisas de um Estado com outro, de um Município com outro é muito complicado. Mas assim qual a pergunta que eu faço para você? Vocês já estão delimitando, inclusive, com uma escala de 1 para 50 mil, esses limites, eles também trarão informações com vista e essa atualização do zoneamento socioecológico e econômico do Estado de Rondônia, quanto às ocupações que existem nessas áreas lindeiras ao Estado do Amazonas, ou é só ponto de referência com relação a limites e confrontações?

O SR. MÁRCIO FELISBERTO - A Produção da base cartográfica nessa escala de detalhe, ela serve prioritariamente, ela está sendo feita para atender ao Cadastro Ambiental Rural e também a atualização da segunda aproximação do zoneamento, fora isso, ela vai ser utilizada para usos múltiplos. A base como a Dona Wanda falou, a base cartográfica, ela é insumo para diversas ações.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO - É porque assim: para a gente falar a mesma língua. Há uma preocupação, inclusive, essa Audiência Pública para tratar de um assunto de limites, mas que tudo isso está envolvido. Hoje o Estado de Rondônia, está passando por momento muito sério com relações a áreas que são ocupadas, que não tem, que não pode ser feita a devida destinação e nem a regularização fundiária em função do zoneamento que tem que ser alterado, esse estudo que estão fazendo agora, foi até dito há poucos dias, essa atualização que vocês estão fazendo agora, ele não vem de encontro com o que precisa ser feito, que tem que ter uma Lei mudando o que está aí. Porque nós temos a Lei Complementar 233, que teve uma alteração pela Lei Complementar 312/2005, que foi o último ano que teve a segunda alteração e para ter outra Lei Complementar alterando a 212, a partir de 2015, para cá. Aí, nós estávamos conversando esses dias, a pessoa falou: “não, nós estamos fazendo agora uma atualização do zoneamento”. A grande preocupação é o seguinte: de que adianta, por isso que eu estou fazendo essa colocação, Deputado, o senhor vai entender, de que adianta, nós do Incra, por exemplo, que vamos, que a ordem do dia no Incra hoje, é titular, eu não paro ali naquela cadeira se nós não emitirmos títulos, é titular o Estado de Rondônia, para quem não tem título. Agora de que adianta, eu querer titular um cidadão que está na divisa do Amazonas, se a Amazonas, nos der essa oportunidade para eu regularizar o lote dele. De que adianta eu querer titulá-lo se o zoneamento não me permite, você está me entendendo? Porque essa região e a maioria da região lindeira do Amazonas com Rondônia, são áreas de restrição ambiental. Ou ela está na zona 3, que não pode ninguém entrar e nem mexer, ou está na zona 2 que é área de restrição ambiental, que é suscetível só para exploração de manejo florestal e exploração de produtos naturais, no caso de extrativista,

ribeirinhos, etc. Por isso que eu fiz essa colocação para o senhor.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem como responder, Márcio, essa situação?

A SRA. WANDA CRISTINA – Quando foi para resolver aquela questão lá da Gleba Q, o que é que nós fizemos? Nós formamos uma equipe multidisciplinar formada exatamente pelos órgãos que tivessem poder de decisão e após ter feito aquela reunião e aquele levantamento lá no Mato Grosso, aí seguiu essa reunião também até o Estado do Mato Grosso para que pudesse resolver essa situação. Inclusive hoje, o Cláudio Lisboa, o Lisboa, que é o titular da pasta lá do Laboratório e Sensoriamento Remoto, ele se encontra hoje lá em Vilhena porque, inclusive, já estão colocando os marcos, resolvendo toda essa questão juntamente com o IBGE. E nós sabemos também que a questão não é somente lá na divisa com o Amazonas, nem lá no Mato Grosso, como nós também temos aquela questão ali naquela região do Acre também. Mas é uma coisa que não é fácil. Olha, nós já estamos, mais ou menos, 01 ano e mais ou menos 03 meses, mas, conseguimos avançar, porque tipo assim, hoje nós temos uma equipe bem engajada mesmo e a gente vai até o fim para a gente conseguir resolver. Inclusive, Deputado, não sei se o senhor está lembrado do dia que eu peguei com um papel, sai nos gabinetes aqui para que pudessem nos ajudar para a aquisição daquela questão das imagens para que a gente pudesse trabalhar. Então, nada é fácil. Hoje, uma imagem dessas fica em torno de quase 06 milhões, o Estado não tem dinheiro, mas nem por isso nós paramos. Nós hoje estamos articulando em nível de Brasília, porque eles estão fazendo, adquirindo umas imagens para fazer o monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal e nós já mandamos a nossa proposta também, porque nós precisamos com a resolução da imagem que nós precisamos para trabalhar essa questão da nossa base cartográfica. Nós estamos trabalhando? Estamos, mas, se ela está boa, nós precisamos que ela fique ótima.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Qual é a média de tempo? Qual é o tempo para resolver essa situação de vocês? Eu me lembro que a senhora foi lá, tinha um projeto com o Exército, era uma questão de uma suplementação orçamentária, foi autorizado e qual a média de anos para a gente resolver esse impasse?

A SRA. WANDA CRISTINA – Deixa eu explicar. É o seguinte, aquele recurso que foi disponibilizado no valor de R\$ 600.000,00, esse recurso não deu para fazer a aquisição das imagens com a resolução que atenderia a nossa demanda. E esse recurso dos R\$ 600.000,00 foi passado exatamente para que pudesse fortalecer a questão do CAR, porque ele precisava exatamente que fosse adquirido um banco de dados para facilitar o trabalho dos colegas que estão trabalhando com o CAR. Agora, essas imagens que vêm atender o nosso trabalho, ela fica em torno de R\$ 5 a R\$ 6 milhões. E como é caro e o Estado hoje está passando por essa dificuldade, nós estamos tentando fazer essa parceria com o SIPAM, através do Ministério do Meio Ambiente, que eles estão fazendo aquisição para atender a

Amazônia Legal. Não os Estados como um todo, mas, graças a Deus que Rondônia está incluso. E com isso, hoje nós enviávamos para eles qual seria a resolução dessas imagens que atenderia nossa demanda. Porque hoje nós temos dois tipos de imagens que nós estamos trabalhando, mas, a quantidade de nuvem é tão grande que dificulta a gente ter uma precisão, principalmente quando vai trabalhar essas áreas onde estão os rios, as nascentes, para que a gente pudesse visualizar e onde está esta floresta muito densa. A gente não consegue trabalhar, é preciso, quando existe uma cobertura vegetal densa.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A NASA deve ter isso aí, não é? É, a NASA tem.

O SR. MÁRCIO FELISBERTO – Deputado, A NASA tem realmente. A NASA foi o primeiro órgão a mapear o globo com sensor de radar, imagem 3D. Só que ali é uma imagem de um modelo de digital de superfície. Leva em consideração a copa das árvores, as edificações, etc. E a resolução dela, o melhor que ela disponibiliza são 30 metros, que é compatível numa escala cartográfica de 1 para 100 mil, que inclusive é uma informação que nós já até temos. Para o Projeto Rondônia, na escala aproximada de 1 para 50 mil, para extrair dela a drenagem, e principalmente as cotas de altitudes para trabalhar com a questão das APPs de morros e encostas, é necessária uma imagem de radar, modelo digital do terreno, que represente apenas o terreno cru, na resolução de 10 ou 15 metros. Isso se torna muito caro e aí a NASA disponibiliza de 30 metros, mas, para ser compatível com a nossa escala de trabalho, a gente precisa de uma imagem com uma resolução de 10 ou 15 metros.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – E quem disponibiliza?

O SR. MÁRCIO FELISBERTO – Tem diversas empresas que comercializam. Mas, o custo é altíssimo, essa é a nossa grande limitação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Seis milhões?

O SR. MÁRCIO FELISBERTO – Seis milhões.

A SRA. WANDA CRISTINA – Isso no mais barato. Aí no caso o pessoal está trabalhando com a Santo Antônio, eles cobram em torno de 32 milhões, só para fazer... (fora do microfone)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode registrar a sua fala aí.

A SRA. WANDA CRISTINA – A BRADAR, foi a empresa que está trabalhando hoje com a Santo Antônio, ela fez 2.800 hectares, 2.800, ela está pagando em torno de um milhão e duzentos mil reais, cada três meses quando ele vem fazer o rastreamento dessas áreas. Quando eu pedi a proposta para fazer o Estado como um todo, ela cobrou em torno de vinte e cinco a trinta e dois milhões. E pesquisando no mercado, nós

encontramos uma imagem que atende a nossa demanda, que é uma empresa canadense que ela ficou em torno de quase seis milhões.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas, vem cá, só para eu entender esse valor. Seis milhões eram para mapear toda Rondônia.

A SRA. WANDA CRISTINA – Toda Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Outra pergunta: me informou de uma forma bem; o Brito falou aqui são duas situações, não é? Mais vai de posse disso, Rondônia vai trazer, exemplo, dessas áreas que estão foram suscitadas aqui com conflitos, a gente fala em conflito, está no Amazonas; vai ter como trazer mudanças.

O SR. MÁRCIO FELISBERTO – Sem dúvida, com certeza...

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mudança.

O SR. MÁRCIO FELISBERTO – É. A gente está falando aqui sobre imagem de radar e tudo mais, aí vocês vão perguntar: sim, o quê que isso tem a ver, a gente conversou sobre limites e tudo mais. Em áreas com densa vegetação, onde existe um limite natural que limitam um município e outro, você não consegue visualizar o curso exato do rio, para você poder apontar com exatidão qual é a área de qual município ali. Você com imagem de radar, você pode extrair a drenagem automaticamente, a partir da profundidade de vale, que é uma especificação técnica da própria imagem e com isso você pode apontar com exatidão os limites naturais, não só os limites naturais de rios, de cursos de rios, como também de divisor de água, não é verdade? Então, essa questão de divergência de limite não é só no Amazonas, isso é no Estado todo entres municípios principalmente e no Brasil como todo, isso aí acontece, Rondônia já está bem avançado em termos de produção de base cartográfica, estamos melhorando, já bastante, com a conclusão desta nossa base de 1 para 50 mil; só a base que nós temos hoje em fase de conclusão, ela já resolve esses problemas no mínimo 50%.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Hoje que tem?

O SR. MÁRCIO FELISBERTO – Que estamos em fase de conclusão hoje, já resolveria no mínimo 50% de todo esse problema.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Porque a minha pergunta é o seguinte: Canutama está em torno de 500 quilômetros de Rondônia, mais ou menos isso. E aí você fica se perguntando, você pega uma linha, exemplo, de Joana D'arc; aqui é Porto Velho, passou 10, que 10 quilômetros, 5 quilômetros, Canutama, aí termina Canutama já entra Porto Velho, isso é um absurdo, gente, sinceramente. Isso aí é uma pergunta, como é que você resolve um problema; aí você anda daqui para o Acre, tem situações também distintas, que é Amazonas. Então, é um problema que tem que ser sanado, cada um tem a sua parcela de responsabilidade, só que Rondônia, como bem disse o Brito, para queimar Rondônia é o bicho, ela está para desgraceira. Mas, para falar do benefício

que está atendendo a comunidade, que está fazendo o seu papel, exemplo, na questão da segurança, na questão da saúde, ninguém fala isso. É igual aquele barco, que eu vou entrar até no mérito, um barco construíram aí da situação, da Prefeitura para fazer os atendimentos aí médicos; foram gastos milhões de compensação, vai ficar lá em Guajará fazendo aquele percurso. E aí eu fui conversar com o novo Secretário de Saúde, junto com a sub-Secretária, eu falei: “rapaz, isso vai ser um problema, sabe por quê? Boliviano vai vir lá; eu quero atendimento e o SUS é universal, vai ter que atender”. Só que ele vai atender, só o primeiro atendimento? Não, se o cara tiver com câncer vai ter todo o atendimento. É mais um problema para Rondônia, vai lá ser atendido na Bolívia, sai de lá no chute. É diferente, sabe que, rapaz, aqui Rondônia não, o Brasil é terra sem mãe mesmo, terra sem lei. Sinceramente, eu fico revoltado com algumas situações. Boliviano aqui faz e acontece às vezes, mais vai lá fazer uma coisa, sair de lá é morto, trucidado, queimado, queimado. Então, são coisas que nós temos que ter, o patriotismo é isso; respeitar também, somos brasileiros, aqui tem gente de fora, tem estrangeiro que tem muito mais direito que o próprio brasileiro, tem muitos mais direitos que o próprio brasileiro. Vai lá ver o Hospital de Guajará Mirim que são atendidos lá os bolivianos. Eu não estou falando nada mal, qualquer raça, qualquer etnia ou qualquer algo assim. Mas, nós temos que começar a olhar também, impor, tem muita Lei sem ação nenhuma, pense no Brasil que é o que mais tem Lei, Lei para tudo, o que você pensar, até para respirar tem Lei que você pode ser multado. Mas, para melhorar essas questões nossas, que nós estamos discutindo, é uma burocracia desgraçada, pode se falar assim, é muita burocracia que tem que passar pelo Congresso, tem que passar isso aqui, vai; é muita, para mim é um nome bem, um jargão, é muita frescura, é muito que não tem, quem está lá na ponta precisando de resposta na saúde, que está querendo ter alguma melhoria, ele não está pensando isso não, vai explicar isso lá, vou fazer uso da palavra do Deputado Hermínio, vai falar que tem que ter geo, tem que fazer não sei o que, vai levar é porrada, pedrada, mas, eles não entendem, eles querem ter a solução deles e aqui nós não podemos nos refutar, o Presidente Maurão deve participar dessas discussões também que eu vou chamar, vou adverti-lo que deve estar com alguma agenda, que ele é o Presidente desta Casa também e tem já um indicativo de ser pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia que deve estar preocupado com essa questão também aqui, que o próximo governador, todo e qualquer um cargo de gestão ou cargo eletivo deve estar preocupado com essa questão. O cidadão que vem aqui passa anos e anos, e essas audiências públicas como eu sempre coloquei traz à tona tudo aquilo que estava adormecido, que o Governo, a maioria fica escondendo: “está tudo certo, a saúde está certa, a segurança está certa, a educação está vivendo as mil maravilhas, a pecuária, divisão territorial está tudo certo, está todo mundo regulamentado”. Eu fiquei sabendo que o Incra, não sei, o Brito pode depois me responder, vai entrar com diversas ações para rever aquelas terras que não foram feitas, que vocês dão uma espécie de termo de cessão que tem que fazer uso da terra como deve e se não fizer o Incra revê, faz essa reversão, isso que me denunciaram também que já tem um indicativo, não sei se procede, mas às vezes é porque as pessoas até tiveram a boa intenção, mas, o Governo não apresentou nenhuma medida, nenhuma espécie de incentivo para regulamentar. Alguém mais do público quer falar? Para a gente fechar logo,

ninguém quer falar, está tudo certo, então? Aqui é o momento certo de abrir o verbo. Tem o senhor da EMATER também para falar. O senhor vai falar.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA - Eu sou Antônio Pereira, Presidente da Associação Mapingual a qual, Deputado e autoridades presentes, a gente vê que é uma luta que a gente já vem travando há muito tempo, desde os anos 80, 90, tudo isso a gente tem travado essa luta Amazonas/Rondônia, nossa dificuldade, acesso as políticas públicas, é muito difícil para nós ali do outro lado, a qual muitas vezes a gente tem viajado constantemente para Manaus tentando buscar um recurso, tentando buscar um convênio Amazonas/Rondônia e nós não conseguimos, porque é difícil, é difícil um Deputado do Amazonas se fazer presente aqui, as autoridades civis se fazerem presentes aqui, ouvir as nossas necessidades, ouvir muitas vezes o nosso clamor, quantas pessoas estão lá dentro sofrendo hoje sem poder ter acesso, sem poder ter estrada, quantas crianças hoje estão sem estudar, médico, nem sonha, graças a Deus Porto Velho está bem próxima, está aqui do nosso lado e nos ajuda muito, quantas vezes perdemos a nossa própria produção porque não temos estradas. Temos essas dificuldades, como temos dificuldade também de ter acesso ao nosso documento da nossa terrinha, da nossa posse para que possamos acessar um crédito rural, nós não temos. Tempos atrás tínhamos, graças a Deus nossos colegas da EMATER muitas vezes nos socorrem, nos davam assistência, estavam ali nos ensinando, a EMATER tem sido uma grande parceira nossa, e foi, e hoje somos impedidos de ter esse acesso a créditos rurais, somos proibidos a ter acesso a tantas outras políticas públicas do Governo do Amazonas, do Brasil em si e da própria Rondônia. Hoje a gente pode chegar e dizer: “não, eu vou votar no meu deputado aqui”. Eu voto, porque eu venho aqui em Rondônia e voto. Mas a minha terra é bem ali no Amazonas. Hoje o meu gado que eu tenho lá, eu vendo aqui para Rondônia, hoje tudo que eu produzo é Rondônia, mas, na hora de Rondônia fazer eu não posso, eu elejo meu governador, elejo meu prefeito, elejo tudo, mas, na hora que ele chega lá é improbidade administrativa, é impossível, mas, o meu voto serviu. Então tudo isso, as nossas dificuldades são grandes. Eu vou citar até uma parábola que o nosso ex-governador do Amazonas disse para nós lá, nós clamando, pedindo ajuda, ele disse: “não posso eu alugar uma casa e você paga o aluguel para o vizinho, porque o vizinho não vem ajudar fazer com que tu pagues o aluguel a ele?”. Ele não vai fazer porque a casa não é dele, e hoje nós vivemos estilo essa parábola, nós não temos acesso, porque pagamos nossos impostos aqui, vendemos nossa produção aqui, temos tudo aqui, mas, na hora que recorremos ao nosso Governo aqui, ele não pode porque é Amazonas, é improbidade administrativa, a nossa dificuldade é tremenda, é gigante mesmo e tudo isso que vocês possam ouvir, fiquem atentos para isso, não só nós, mas, hoje eu creio que nós temos ali em torno da BR-319 em torno daquele parque Nacional, em torno de tantas outras coisas uma média de umas seis a oito mil famílias que produzem e que querem produzir mais e nós não temos essas condições de ter, porque é difícil para nós, é muito difícil. Obrigado.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO - Sr. Presidente Deputado Jesuíno e senhores e senhoras presentes. Ouvindo o que o senhor falou e prestando atenção nos detalhes da sua conversa, a gente verifica não só o seu sofrimento, não só o seu sentimento, mas a vontade que haja uma solução, não é?

Respondendo primeiramente a sua pergunta com relação ao Incra, o Incra realmente está na parede, está acuado porque nós sofremos a intervenção do Tribunal de Contas da União a pouco mais de 60 dias, saiu nos grandes jornais de circulação, saiu no Brasil todo. Então o Incra não é Rondônia, o Incra do Brasil está bloqueado, hoje nós não podemos emitir uma certidão, em função de que, enquanto nós não explicarmos para o Tribunal de Contas da União verdadeiramente item por item apontado por eles de 590 mil imóveis em nível nacional que foram destinados, segundo eles, de maneira inapropriada, e Rondônia tem 34 mil desses 590 mil. Mas, é óbvio que não foi dessa forma, eles pegaram tudo e colocaram dentro de um balaio e falaram: “Se expliquem”. Aqui tem situação só pra vocês terem uma ideia como exemplo. O cidadão recebeu lote lá na década de 80, ele era agricultor, ele tinha aptidão, ele dependia da agricultura para sobrevivência, esse cidadão estudou, esse cidadão passou num concurso público e ele é um professor até da própria região dele lá e ele foi caracterizado pelo Tribunal de Contas da União como um beneficiário do Programa de Reforma Agrária que não tem a característica de um assentado. Então, nós vamos ter que explicar só em Rondônia uma bagatela de 34 mil, individual, cada um. Então, eu estou lhe dando a resposta de como está a situação. O Incra está bloqueado, mas nós vamos desbloquear, isso aí é questão de tempo.

Com relação ao que o senhor falou, eu digo assim, preste atenção, isso aqui, inclusive, eu vou dar como sugestão para Audiência Pública que eu acho que é válido, é válido. Nós temos condições de resolver gradativamente e de uma forma paliativa essa questão do Amazonas com Rondônia, isso aqui é uma sugestão. Deveria estar aqui hoje o Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal é fundamental nesse processo. Tem condição do Governo do Estado aqui representado pelo Sales, que é hoje o dirigente Adjunto da Secretaria que cuida do Meio Ambiente, mas, que tem o Passivo Fundiário do Estado, o antigo Instituto de Terras de Rondônia, que era o ITERON e todo esse Passivo Fundiário do Estado está todo sobre responsabilidade da SEDAM. Então aqui vai a minha proposta como Audiência Pública, Deputado. Porque é que não chama o Ministério Público Federal, chama o Governo representado, chama o Governo do Amazonas, chama o representante do Governo do Amazonas, chama a Assembleia Legislativa do Amazonas, chama a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, chama o Município de Porto Velho, chama o Município de Canutama, chama o Município de Lábrea, chama o Município de Humaitá e faz uma proposta, saindo daqui de quem teve a ideia que aqui eu acho que aqui tem que sair é dele, uma proposta de construir um TAC, é um Termo de Ajustamento de Conduta, porque o Governo de Rondônia só vai poder investir naquela área física que não é Rondônia se tiver autorização, senão a Lei de Responsabilidade Fiscal pega ele, enquanto lá na Câmara Alta que é o Senado Federal, que é o único do Brasil que tem poder de autorizar, desmembrar, remembrar, alterar qualquer limite e confrontação de qualquer parte do território brasileiro, é só o Senado Federal. Enquanto a Câmara Alta estuda esse questionamento, ficaria aqui como paliativo a construção de um TAC para que o Estado de Rondônia não tivesse objeção de meter o DER lá para fazer estrada, a Prefeitura não tivesse problema de ir lá colocar um ônibus escolar, comprar a merenda escolar, ou alguma coisa, eu estou dando exemplo, exemplo, mas tem muita coisa por trás disso. Lá tem a SEDAM que precisa fazer o Cadastro Ambiental Rural, lá tem o Incra que precisa fazer a

Regularização Fundiária. Então eu acho que esse TAC que é o Termo de Ajustamento de Conduta que tem que está presente o Ministério Público Federal porque é o órgão que fiscaliza todas as ações federais, é o órgão de controle que fiscaliza tudo isso, ele pode participar e assinar esse Termo de Ajustamento de Conduta.

Então, fica aqui a minha ideia para esta Audiência Pública de sair daqui hoje o início da construção de um TAC, aí se o senhor aceitar Deputado, eu acho que para iniciar a conversa para esta Audiência Pública não ficar vazia, data vênua, o nosso Assessor do Senador poderia levar essa preocupação para ele, para através do Senado convocar, porque ele pode convocar, é o único que pode convocar o Ministério Público, nós aqui podemos convidar; o Senado não, o Senado convoca esse povo, traz para mesa redonda, traz a representatividade de cada um que está sofrendo lá e constrói esse TAC, essa é a minha ideia.

O SR. JESUÍNO BOABALD (Presidente) – Vou passar a palavra ao Márcio Milani da EMATER.

O SR. MÁRCIO MILANI – Exm^o. Deputado Jesuíno; nosso companheiro Secretário Sales da SEDAM; Brito do Incra; em nome aqui do Plínio, do João, cumprimentar todos os agricultores aqui presentes; nosso colega Hilton Uchoa, Gerente Regional da EMATER também aí presente, o Marcos que é o Gerente do escritório local nosso aqui de Porto Velho. E dizer, Deputado, que é muito válido esse trabalho que o senhor está fazendo, esse trabalho é um trabalho muito valioso e nós da EMATER, o senhor já ouviu relatos dos agricultores, eu acho que de todos os órgãos, de todas as entidades, a EMATER é a que sofre mais junto ao agricultor, é nós que escutamos no dia a dia a nossa impotência, a nossa incapacidade diante dos fatos. Nós temos, Deputado, não só aqui na 319, mas também toda a Ponta do Abunã nós temos em torno de nove mil famílias que estão desamparadas. Esse trabalho como já foi falado aí pelo Brito, deve envolver o Governo do Estado do Acre, o Governo do Estado do Amazonas, por que além de nós tratarmos aqui da divisão territorial, nós precisamos saber quem é o pai do sul do Amazonas. Na verdade o sul do Amazonas, Deputado, que compreende desde a Ponta do Abunã, aqui a nossa beira do rio que vai para Humaitá, ela está sem pai nem mãe, essa que é a questão, essa que é a verdade. E essas pessoas que lá moram, elas estão sem acesso às políticas públicas, vou falar a vontade da nossa área, o agricultor que lá mora, ele não consegue um crédito rural subsidiado, nem de outra forma e hoje nós temos aí toda as linhas de crédito do PRONAF, inclusive, o PRONAF Floresta que é para essas áreas 2.2, as áreas que não podem ser antropizadas, nós temos o PAA, temos o PNAE, o CAR enfim, nenhuma política pública do Governo tanto federal quanto do Governo do Estado esses agricultores tem acesso, Deputado. Então assim essa ideia de formalizar um TAC, sair daqui com uma proposta, eu acho altamente viável, por que todos os dias, Deputado, é só ir ao escritório da EMATER, todos os dias o senhor vai ver lá 10, 15 agricultores vindo no nosso escritório e eles não entendem e com razão de não entender. Eles não querem saber onde que é a divisa, por que quê pode, por que quê não pode; afinal eles escutam todos os dias os programas do Governo federal dizendo que tem crédito, dizendo para procurar os agentes e quando chega lá o nosso técnico, o nosso extensionista tem que dá a notícia para ele que ele não é bem-vindo, não é brasileiro. Então assim Deputado, volto a dizer, Deputado esse trabalho que o senhor

está fazendo, parabenizo também o Deputado Maurão, é o trabalho que nós deveríamos ter essas galerias hoje aqui lotadas. Eu acho que esse tipo de ação, João, nós temos que convidar toda a comunidade para vir aqui ver e ouvir até para estar sendo replicado. E coloco, Deputado, em nome do nosso Presidente, o Chiquinho, a EMATER está à disposição, o que esta Casa de Leis juntamente com o Governo tomar por decisão em apoiar todas essas pessoas que estão nessa situação, nós da EMATER/RO vamos estar junto na medida do possível dentro da legalidade fazendo de tudo para que realmente essas pessoas passem a ter direito. Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIOS NETO – Eu queria só fazer um complemento aqui, caro senhor Brito, o senhor fala em Termo de Ajuste de Conduta, nós tivemos eu, o Tota, o Presidente da Associação, foi tentado um TAC, Termo de Ajuste de Conduta, mas, tentaram em nível municipal, não funciona. Inclusive, nós mapeamos essa parte aqui da BR-319, eu e Tota com uma equipe e as associações, que nós estamos dispostos a resolver o problema, nós temos essa população, nós mapeamos onde precisava de ponte, onde precisava de bueiro, por que inicialmente a precisa de trafegabilidade. Se nós não tivermos trafegabilidade, nós não temos escoação de produtos, nós não temos escola, nós não temos como nos locomover. Então nós fizemos esse levantamento em nível de GPS, onde pegava a ponte, onde pegava bueiro, onde tinha cascalho fácil para a gente fazer o trabalho, tudo isso nós fizemos. O Secretário Leonel Bertolini da SEMAGRI, inclusive, em nível de parceria comigo e o Tota, chamou os associados lá, ele esteve no Estado do Amazonas, vamos dá a César o que é de César, esteve no Estado do Amazonas tentou em nível estadual para fazer esse TAC, que não deu certo por que a Procuradoria aqui vetou e aí foi para o Estado do Amazonas, chegando lá não houve o menor interesse. Agora eu achei muito sucinta a parte que o senhor Brito colocou em nível de Senado Federal, que eu não tinha o conhecimento, de fazer esse TAC. Então a gente tem que correr com isso, nós precisamos disso, por que tentar, como o Tota fala, a dificuldade, o senhor da EMATER aqui sabe a dificuldade que nós passamos, em nível cartográfico eu acho que a gente tem que melhorar bastante cada dia diminuir, mas só que, o nosso problema é vamos colocar o marco no ponto certo. Sim e aí? Vamos atender essa população até quantos quilômetros, por que vamos continuar tendo divisas. Nós vamos continuar tendo problemas, nós temos que definir aqui, até onde nós podemos, até onde o Estado de Rondônia pode chegar e atender a população que está nessa divisa.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Só dizendo para o senhor o seguinte, em termos de esclarecimentos. Porque que não dar certo com o município. A energia para todos lá, a Luz para Todos, é Governo Federal; você pega uma demanda, por exemplo, de regularização fundiária, o Governo Federal, aí você pega no Estado, abertura de estrada, o Governo do Estado, aí você vai construir uma escola, Governo do Estado ou municipal. Então, se não tiver os três juntos não resolve problema de nenhum de vocês, só vai criar mais problema, porque fica sujeito quem está resolvendo pagar o pato sozinho.

O SR. JOÃO RIOS NETO – É justamente o que nós trabalhamos, nós trabalhamos, gastamos, tiramos dinheiro dos nossos contribuintes lá das associações, que associações sem fins

lucrativos, mais foi gasto, tivemos o trabalho e perdemos dias de trabalho em cima do quê? De uma informação que não foi nos dada. Nós vamos correr atrás, se houver essa Audiência Pública com todos os Poderes aqui, nós estaremos aqui em peso, nós estaremos apoiando o Deputado aqui, que o nobre Deputado está tentando resolver o problema. Então, em nível Federal, em nível Municipal, em nível Estadual, Ministério Público Federal, a gente tem que colher alguma coisa. O que eu coloquei aqui em nível dos meninos ali que estão mexendo em nível cartográfico, é a solução do quê? Porque vai resolver o mapa, mais e aí? Vai ter sempre divisa, nós temos que ter uma posição de como nós vamos resolver, o povo que está na divisa; qual é a solução, quem vai atender essa população? Essa é a minha preocupação.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O representante do Senador. Passar para ele. Eu queria fazer uma pergunta. O senhor tem como entrar em contato com o Senador para a gente, se ele, há esse interesse em viabilizar essa convocação como bem disse o Brito do INCRA aqui, que a gente, de plano já acato essa sua sugestão, porque eu acho interessante sim o Termo de Ajuste de Conduta, porque vai sanar essa problemática, chamar Estado, Município e União para a gente já resolver. O que não pode também, porque pode ter certeza, eu vou usar esta tribuna e vou ao Amazonas e iremos iniciar algumas questões. Mas, de antemão, o senhor tem como viabilizar, o senhor dá uma informação para minha assessoria, o senhor entrar em contato de quando nós, pode ser aqui na Assembleia mesmo, aqui na Assembleia, uma reunião junto com o Amazonas, junto como Ministério Público Federal, porque aqui eu acho que deve ter, eu acho que é o Trindade, não sei qual é o Procurador que vai viabilizar, eu não sei. Essas pessoas, essas autoridades que foram relacionadas pelo Superintendente do Incra, o senhor tem como conversar com o senador?

O SR. KATUO OKABAYASHI – Tem sim, inclusive o Senador tem interesse. Vamos marcar, pegar depois dessa reunião, vou pegar um resumo e vou passar para o gabinete do Senador para agendar isso.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então correto. Então, fica registrado aqui que estão fazendo Ata resumida; Brito.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Inclusive, eu queria só para ajudar o nosso ilustre Deputado, dizer o seguinte. O nosso representante do Senador, para ficar mais fácil, você vai pegar obviamente o resumo dessa Sessão, é importante que o Senador se junte com o representante do Senado no Amazonas, se junte com representante do Senado no Acre e no Mato Grosso; vamos fazer uma Audiência com esses 04 representantes, porque vai resolver o problema, porque não tem problema só com a divisa com o Amazonas e do Acre não, tem problema de divisa com o Mato Grosso. Eu entendo assim, isso vai ser um ganho político para Rondônia, não é político partidário não, é político, econômico e social para o Estado de Rondônia que daqui a 20 anos, alguém vai está aplaudindo esse ato político. Então, assim, se o senhor puder dizer para ele, eu estive com ele hoje de manhã, eu não sabia nem o que falar com relação a essa Audiência; mas, eu me coloco a sua disposição o dia que o senhor quiser conversar tecnicamente com o nosso Senador, me chame que eu vou onde os senhores estiverem para mostrar para ele, para mostrar para ele tecnicamente a viabilidade que tem dessa proposta e nos colocar à disposição como Órgão Federal sediado em Rondônia, para alimentar todas as

informações possíveis e necessárias para fundamentação desse Termo de Ajustamento de Conduta. Está legal?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, está registrado o devido encaminhamento do Superintendente, o Brito. Eu vou, era para propor uma Ata resumida; então, eu acho que propor melhor um Termo de Compromisso. Aí, assina o representante do Senador, assinam os que se encontram na Mesa aqui, bem como essa Assembleia de viabilizar, não é, o senhor o caso a viabilidade dessa reunião com os Senadores do Acre, do Amazonas, essa reunião, essa Audiência. E aqui no âmbito da Assembleia Legislativa a gente dar todo o aparato, vou falar com o Presidente Maurão, para dar toda a questão da viabilidade também, utilizar a Casa, bem como o que for necessário para a gente se reunir o mais rápido possível para sanar essa problemática; porque eu sei, muitos não vieram participar porque já estão naquele campo do descrédito mesmo; será que isso vai acontecer? Mas, é como eu sempre digo, aqui é uma legislatura, é a 9ª Legislatura, são pessoas totalmente diferentes que se encontram aqui presentes, tem alguns antigos que a gente fala os antigos, mas a cara da gente sempre é mostrar que o poder emana do povo. Então, nós representamos os interesses do povo, se a gente não puder fazer nada como Deputados legalmente, sendo legítimos através do voto sufrágio; não poder fazer nada, podem ter certeza para quem está aqui presente. Então, esta Casa, é a Casa também parlamentar, a Assembleia Legislativa representa o Estado de Rondônia, representa o interesse do povo rondoniense, e com certeza como bem disse o Brito do INCRA, nós ficaremos com um legado de deixar esse encaminhamento para as futuras gerações que clamam por essas soluções, que para mim, basta eu querer, basta realmente ter aquela propositura: “vamos fazer, vamos acontecer!” Se reúnem faz o que tem para fazer, é igual Lei aqui, quando chega que há um interesse por parte do Estado, que a gente verifica a viabilidade, que não existe um impacto, que isso vai trazer um retorno social ou bem-estar para a sociedade, de plano é aprovado, de plano é aprovado. O Amazonas com certeza não vai ter, às vezes, porque eu vejo que o Amazonas é um Estado muito grande, e lá padece também de políticos sérios também, vive também uma situação complicada. Como bem disse a estrutura lá que você falou, o Márcio falou, lá ainda está muita aquém do Estado de Rondônia; Rondônia está avançando a cada dia, mas a gente precisa chegar nessa solução. O que não pode ficar esse cidadão a mercê, jogado e nós não podemos ouvir e entrar como ouvido de mercador e não poder fazer nada, isso que é mais inviável, mais imoral ainda. Então isso não, isso aí a gente não permite, vai chamar a responsabilidade sim para essas discussões e com certeza aí com grande, uma pessoa que tem uma sabedoria, que tem um conhecimento, trinta e seis anos como bem disse o Brito, aí de casa, do INCRA, com know-how, vai poder somar em sanar essa problemática e com certeza chegaremos a uma solução plausível e esse povo que tanto sofre, vai trazer, e aí o cara fala: “Isso é mais do que o nosso dever em resolver essa problemática”. Mas assim, termo de acordo, todos que se encontram presente, o termo de acordo vai colocar essa discussão que é um Termo de Ajuste de Conduta no âmbito federal, aí chamando Ministério Público, chamando Senado, chamando os Deputados, chamando o Governo do Estado de Rondônia, que eu já vou antecipar essa conversa com o Emerson Castro, que é o Chefe da Casa Civil também para poder já informar o próprio Governo Confúcio Moura, para está a par dessa situação, que aí sim. Nós assinamos um termo de, foi uma, são

seis Estados, é tipo uma espécie de consórcio, acredito que é, aí assinou, a Rondônia entrou com dois milhões para fazer esse consórcio, isso que tinha que ficar acordado nesse consórcio, é um consórcio que foi feito aí, deu um nome, no ano de 2015, para melhorias, buscar projetos na busca de sanar as problemáticas ou trazer incentivos para esses Estados, e porque também não colocou? Se nós tivéssemos colocado essas discussões também, com certeza, e se envolver nesse contrato. Agora, como eu pedi, eu pedi informações desse projeto para passar nesta Casa, eu vou pegar esse Projeto na íntegra que deve ter todas as cópias e vou verificar se existe, Brasil Central, é o nome desse projeto, Brasil Central. Se Mato Grosso, eu recordo que se encontra presente, eu vou ver se o Amazonas se encontra, porque se tiver, Brito, Acre, Rondônia e o Amazonas, já estão dentro de um consórcio, e só sentar e resolver, a gente já avançou bem na questão de Estado, questão de União, a gente tem os Senadores como bem disse, eu acredito que todos os Estados aí o Acre, o Amazonas, tendo essa movimentação política que eu vou dar um exemplo, da BR-319. Que me recordo que nós fizemos ali um percurso, na verdade é apenas a reconstrução não, o recapeamento daquela obra da BR-319, foi feito uma situação que até estava à questão do IBAMA, autoriza, não autoriza, lá tem outro órgão que é fiscalizador, autorizou, salvo engano, e já estão começando o recapeamento dessa obra lá que é importante. Só que eles ficaram preocupados em desmatamento, também outras questões, degradação do meio ambiente, mas, quem já foi para lá, aquela área lá não tem nem condições de plantar não, a maioria lá é uma área de alagados, então, não tem nem como plantar, é algo que o próprio exército brasileiro podia ficar a par da fiscalização, a PRF a cada campo. Poderia abrir uma série de melhorias, vai trazer melhorias para o próprio comércio de ambos Estados, acredito que esse ano possa já ter um grande percurso já sanado da BR-319, mas, foi movimentação política, teve aí Audiência Pública aqui, teve Audiência Pública no Amazonas, e agora é hora da gente iniciar também essas discussões da divisão territorial, bem como esse termo de acordo, que também a gente vai fazer esse TAC, com certeza irão fazer esse TAC, mas tem que chegar a uma solução, esse TAC é apenas, acredito que vai ter lá constando que o Congresso Nacional ou o Senado, vão ter que resolver essa situação em Lei, a questão de divisão territorial. Então, é muito importante quero novamente parabenizar a todos os presentes aqui, agradecer a compreensão de todos, para mim é de suma importância, filho de Rondônia, nasci em Porto Velho, e me sinto feliz em poder colaborar e ajudar com o meu povo que tanto sofre também, e a maioria que se encontra no Amazonas é também oriunda aqui de Porto Velho. Muitos são de Porto Velho, são de Rondônia. Estiveram lá porque abriu essa oportunidade, mas, oportunidades essas que vêm se arrastando por 30 anos, como foi falado, por muito tempo, década de 80 foi falado aqui, e não chegaram até hoje a uma solução. É como eu digo, quem vive de passado é o museu, tem um ditado muito utilizado, um jargão muito falado. Então, nós estamos na 9ª legislatura, essa legislatura que deve hoje abraçar essa causa, são outros cenários, é o mesmo governo de 2014, mas com outros gestores, com outros Secretariados e vamos sempre seguir para frente.

Passar a palavra para as considerações finais às pessoas que estiveram presentes, aos Oradores, aos membros que se encontram na Mesa, senhor Plínio, o Brito, o Sales, o Rios Neto e o Márcio Milani, Diretor da EMATER. Márcio, já ouvi falar muito bem de você, Márcio. E demais, os Assessores do Senador Valdir Raupp e demais pessoas que se encontram

no plenário, quero novamente agradecer. Então vou passar a palavra, alguém quer fazer as considerações finais?

O SR. PLÍNIO CELLA – Eu acho que a ideia do Brito não podia melhor. E só vamos chegar a um consenso se houver essa reunião de todos os Estados. Porque hoje é muito cômodo, Manaus está tranquilo, ele não está nem se preocupando. O povo do Sul do Amazonas, Rondônia dá conta, Rondônia dá assistência. Só que eles esquecem que Rondônia também tem problemas e tem a improbidade administrativa. A gente sabe que Rondônia está fazendo o impossível para esse povo aqui do Sul do Amazonas. Correndo muito risco até de sofrer processo do Ministério Público. Então, esta Audiência programada para construção desse TAC, eu acho que é a melhor solução no momento. Eu tenho certeza que vai durar por muitos anos, porque neste Brasil é difícil resolver as coisas assim imediatas, não é? Eu vou agradecer a oportunidade e a gente se coloca à disposição. Eu moro em Porto Velho, na divisa com o Amazonas, mas, a gente sente a preocupação com toda essa comunidade que está no Sul do Amazonas, que são em torno de 8 a 10 mil famílias só aqui no entorno da BR-219, sem contar os outros, tipo lá na Ponta do Abunã, divisa com o Acre também deve ter os mesmos problemas. E quem está resolvendo, a gente só tem a agradecer ao Estado de Rondônia, apesar de que eles arriscam muito para nos servir. Existe muita discussão quando a gente tem reuniões das Associações, o povo fala: “mas eu voto em Rondônia, eu vendo toda minha produção para Rondônia, vai tudo para Rondônia, por que é que Rondônia não pode fazer?”. É difícil explicar para o povo. A gente tem um pouco mais de conhecimento e sabe que o limite territorial pela lei brasileira é esse: chama improbidade administrativa. Eu agradeço a oportunidade e parabenizo a todos, principalmente ao Deputado pela iniciativa e ele que continue lutando por nós. Obrigado.

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Inicialmente eu quero agradecer a Sua Excelência Deputado Jesuíno Boabaid por nos ter, primeiro convidado, nos dá essa oportunidade de estar aqui como membro do órgão fundiário de Rondônia, do órgão agrário, fundiário de Rondônia que é o Incra; agradecer meus colegas que me acompanharam, o Eustáquio, que é uma pessoa que conhece a situação, a história, viveu a história fundiária de Rondônia, conhece o Estado de Rondônia e toda a situação fundiária na palma de sua mão, e também ao nosso colega Ênio que tem um profundo conhecimento de tudo que acontece, principalmente na grande região de Porto Velho e nesse Sul do Amazonas. E quero também, nesta oportunidade, dizer, Deputado, que a pessoa só é lembrada quando ela é vista, quem não é visto não é lembrado. Eu acho que este tipo de Audiência vem assim em uma boa hora se todas as pessoas; como foi dito, aqui pelo nosso representante da EMATER, se todos soubessem da importância de uma Audiência Pública para debater um determinado assunto, a comunidade afetada por esse episódio, por esse caso, por esse assunto deveria estar aqui hoje. Deveria estar aqui hoje porque esse assunto é de fundamental importância não só para a sociedade de Porto Velho, mas para todas as pessoas envolvidas nisso aqui. Então assim, eu fico feliz por estar dando aqui um pouco da minha contribuição para esta Audiência Pública. Agora, eu quero que o senhor saiba, senhor Plínio Cella, que o importante do homem público não é sentar à Mesa para receber as reivindicações, é ir ao problema. E esse povo que está lá em Manaus ou que está não sei aonde, que não conhece nem a realidade do Estado deles, que nunca vieram aqui ver de perto; sabe quan-

do é que eles vão dar valor a esse território deles, porque é, não tem como, ninguém vai mudar a história do Brasil; Porto Velho ainda vai ser um dos maiores centros comerciais, financeiro do Brasil; quando abrir a Estrada do Pacífico, escute o que eu estou falando para vocês, Porto Velho ainda vai ser um dos maiores centros comerciais e financeiro do Brasil, Porto Velho vai bater em muitas Capitais hoje de PIB lá em cima, Porto Velho vai ser um centro distribuidor. Então, quando sair a Estrada do Pacífico e quando abrir verdadeiramente e fisicamente a estrada para Manaus, vocês podem ter certeza que isso aqui vai ter um valor incomensurável, aí sim, aí eles vão vir para cá para tentar investir em vocês, aí eles não vão lembrar que hoje vocês precisam de uma data e vocês não tem, precisa guiar um boi para o frigorífico e não tem a guia, o Idaron não pode te dar nada e assim sucessivamente e a SEDAM não pode licenciar e aí vai. Então, eu quero finalizar dizendo; parabéns Deputado Jesuíno, continue assim, eu não fui Deputado, eu fui Deputado porque eu fiquei aqui numa suplência, eu não era o titular, eu fiquei como suplente durante um período. Mas, aprendi muito naqueles meses que eu passei aqui e fui muito bem recebido, sai daqui nos Anais desta Casa, gravado com três Leis da minha autoria, no pouco tempo que eu passei aqui. Mas, eu quero deixar registrado aqui, que eu tenho acompanhado o seu trabalho e o senhor tem sido um lutador nas causas sociais e isso é importante. Parabéns pelo seu trabalho e parabéns pela Audiência Pública e mais uma vez me coloco a vossa disposição, tal qual à disposição desta Casa de Leis que eu tenho um respeito muito grande. Um abraço.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado Brito, obrigado pelas palavras. Passar agora ao Sales, suas considerações.

O SR. FRANCISCO DE SALES – Tudo bem, em nome do Governo do Estado de Rondônia, a gente queria agradecer a participação, o convite que recebemos, parabenizar aqui o Presidente da Casa por abrir esse espaço para esse processo de discussão e deixar também os nossos, estendendo aqui ao Deputado Jesuíno, que é o proponente desta Audiência Pública. É muito importante, eu já falei no início, que se abre o caminho para fazer as discussões com toda a sociedade, principalmente das situações mais difíceis, situações realmente que tem atacado a população do Estado de Rondônia e sua vizinhança. Parabéns Deputado e que Deus abençoe, conserve Vossa Excelência assim dessa forma, trabalhando em prol da sociedade.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado Sales. Passar agora ao Presidente da Associação.

O SR. JOÃO RIOS NETO – Agradecer o convite, agradecer ao nobre Deputado, porque nós estarmos aqui hoje reunidos, saímos com a ideia já assinada, com o reconhecimento para um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, é uma grande vitória para nós que estamos lutando, como o Tota falou, bem disse, há mais de 30 anos por isso. Eu vou só citar aqui agora, agorinha Tota, a gente tinha conversado agora pela manhã; nós temos aqui, o cara mandou uma mensagem, estamos montando uma caravana para a gente resolver o problema de documentos em Humaitá, se não resolvermos em Humaitá, nós vamos nos deslocar para Manaus. Essa é a vida, essa é a nossa vida. Então, nós estamos aqui com o Deputado, chegou agorinha um whatsapp para nós. Então, nós temos que lutar, esse TAC é de importância fundamental para nós e pode contar com a

certeza que nós estaremos presentes aqui na próxima. Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO MILANI – Deputado, primeiramente agradecer o convite e novamente colocar toda a EMATER do Estado de Rondônia à disposição da Assembleia, à disposição do senhor e dizer Deputado, continue nessa luta, que o senhor está no caminho certo; toda sociedade vai ver, vai reconhecer esse brilhante trabalho que o senhor está iniciando, desenvolvendo aí; todos os participantes, também muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado. Eu queria só com o representante do Senador. Qual o prazo para o senhor dar uma resposta para gente?

O SR. KATUO OKABAYASHI – Uma semana. Próxima semana

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Sete dias. Então, a contar de hoje, segunda-feira que vem o senhor já me dá, para informar todos os que se encontram na Mesa, os interessados para a gente sair já com uma data. De antemão, eu também já peço aqui da Assembleia, assessoria no caso aqui, o Cerimonial, buscar junto como Presidente, amanhã eu vou ter uma reunião com ele, uma prévia, viu Brito, eu queria ver até para a gente conversar já com o Deputado Maurão, o Presidente, para ele também chamar, entrar em contato com o Presidente da Assembleia lá do Amazonas, do Acre, fazer já, começar iniciar essas conversações e no campo federal o Senador, entra em contato com os Senadores, o Ministério da Agricultura, não sei quem vai ser aí..

O SR. CLETHO MUNIZ DE BRITO – Se o senhor me permite, mais para ajudar nessa memória, eu acho que a partir dessa reunião que houve aqui hoje, o senhor deveria fazer um documento da Assembleia Legislativa, comunicando esse resultado ao Senador do que foi proposto aqui hoje da discussão em torno dessa matéria e convidar o nosso Presidente Maurão de Carvalho para ele enviar esse documento como Assembleia Legislativa, como Assembleia Legislativa porque fica mais forte, não é que o senhor não tenha o grau de importância, mas, é importante quando chegar lá em Brasília um documento da Assembleia Legislativa convidando o nosso Senador para embarcar nessa luta, aí o Deputado Maurão, com esse mesmo documento que o senhor e o Deputado Maurão vai assinar junto mandando pela Assembleia para o Senado, o senhor manda para a Assembleia Legislativa do Amazonas, do Acre e do Mato Grosso. Só como sugestão.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Correto, é uma ata sucinta que a gente propõe sempre, então encaminhe já cópia do que ocorreu hoje que é uma ata sucinta e o Termo de Acordo que assinado por todas as pessoas presentes. Como já estão finalizando já o documento, eu vou finalizar a audiência, agradecer os senhores e dizer que tem um coquetel na sala ao lado, então vou finalizar, é o tempo que ele imprime a ata, no caso o Termo de Compromisso e saímos desta forma. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Convidamos a todos para o coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa de Leis. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas e 55 minutos).

ADVOCACIA GERAL**Extrato Contrato nº 15/ALE-RO/2016
Processo Administrativo nº 17495/2015-86**

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

Contratada: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIO EIRELI-ME

DO OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto o gerenciamento de abastecimento de combustíveis, tipo gasolina comum, álcool comum e óleo diesel para atender a frota veículos da ALE/RO, mediante a implantação de sistema de cartão magnéticos ou com chip como meio de intermediação do pagamento pelo fornecimento de combustíveis, utilizando a tecnologia com melhor controle com segurança à contratação.

§1º. a contratada deverá possuir postos credenciados nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena, São Miguel do Guaporé, Costa Marques, Pimenteiras, Buritis, Cerejeiras e Guajará-Mirim.

§2º. Os serviços de abastecimento deverão prever a utilização de software, cartões magnéticos ou micro processados equipamentos necessários para a autorização e realização de abastecimentos.

DO PRAZO: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, iniciado a partir da emissão da ordem de serviço, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração de até a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993, se demonstrado a vantagem econômica para Administração.

DO VALOR: Valor R\$283.607,31 (duzentos e oitenta e três mil seiscentos e sete reais e trinta e um centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da ALE/RO deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Fonte: 0100000000 - Programa de Trabalho: 01122102020620000 - Natureza de Despesa: 339030 - Evento: 400091 - Empenho: 2016NE00767 - Valor R\$283.607,31 (duzentos e oitenta e três mil seiscentos e sete reais e trinta e um centavos).

Parágrafo Único - Considerando que o valor empenhado corresponde a todo período de vigência, ao final do exercício deverá ser cancelado o saldo existente, devendo haver a sua nova emissão em 2017, conforme a previsão orçamentária anual.

§2º. Fica eleito o foro da justiça estadual Comarca de Porto Velho, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

§3º. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir

firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, devidamente registrado às fls. 15 do Livro de Contratos da Advocacia Geral da Assembleia Legislativa.

Porto Velho, 09 de junho de 2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho – Presidente
Arido Lopes da Silva - Secretário-Geral

Contratada: Link Card Administradora de Benefícios
Eireli –ME –
Representante - PAULO SERGIO MACIONI -
CPF nº 404.005.768-64

Visto: Whanderley da Costa Silva
Advogado Geral-Adjunto – ALE/RO

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 019/2016/CA/ALE/RO**

OCORREGEDOR ADJUNTO DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37, caput, da Constituição Federal, ao disposto no Art. 181, da LCE de nº 68/1992 e no uso das atribuições que lhe confere o Art. 18º, parágrafo 2º, incisos II e III, do Ato 009/2015, por remissão do que dispõe a Lei Complementar nº 730/2013, publicada no DO-ALE n. 057 de 16.04.14 e DO-ALE n. 2311 de 01.10.13, respectivamente;

CONSIDERANDO, o teor do Memorando nº007/1ºCPSPAD/2016 de 19 de julho de 2016,

RESOLVE:

I - **PRORROGAR** por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar n.003/2016-CA/ALE/RO, instaurada pela Portaria n.017/2016/CA/ALE/RO, publicada no Diário Oficial n.088, pag. 2012, do dia 31.05.16 e, retificada pela Portaria n.018/2016/CA/ALE, publicada no Diário Oficial n. 103, pag. 2365, do dia 22.06.2016, a contar do dia 20 de julho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da ALE-RO.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Porto Velho-RO, 19 de julho de 2016.

LEONARDO ALENCAR MOREIRA
Corregedor Adjunto